

# Guia orientador para a abertura de Cursos de Capacitação para Egressos do Sistema Prisional

**Valter Marjonny Lima Braga**

**Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Ana Cláudia Ribeiro Souza**

**BRASÍLIA  
2020**

# Sumário

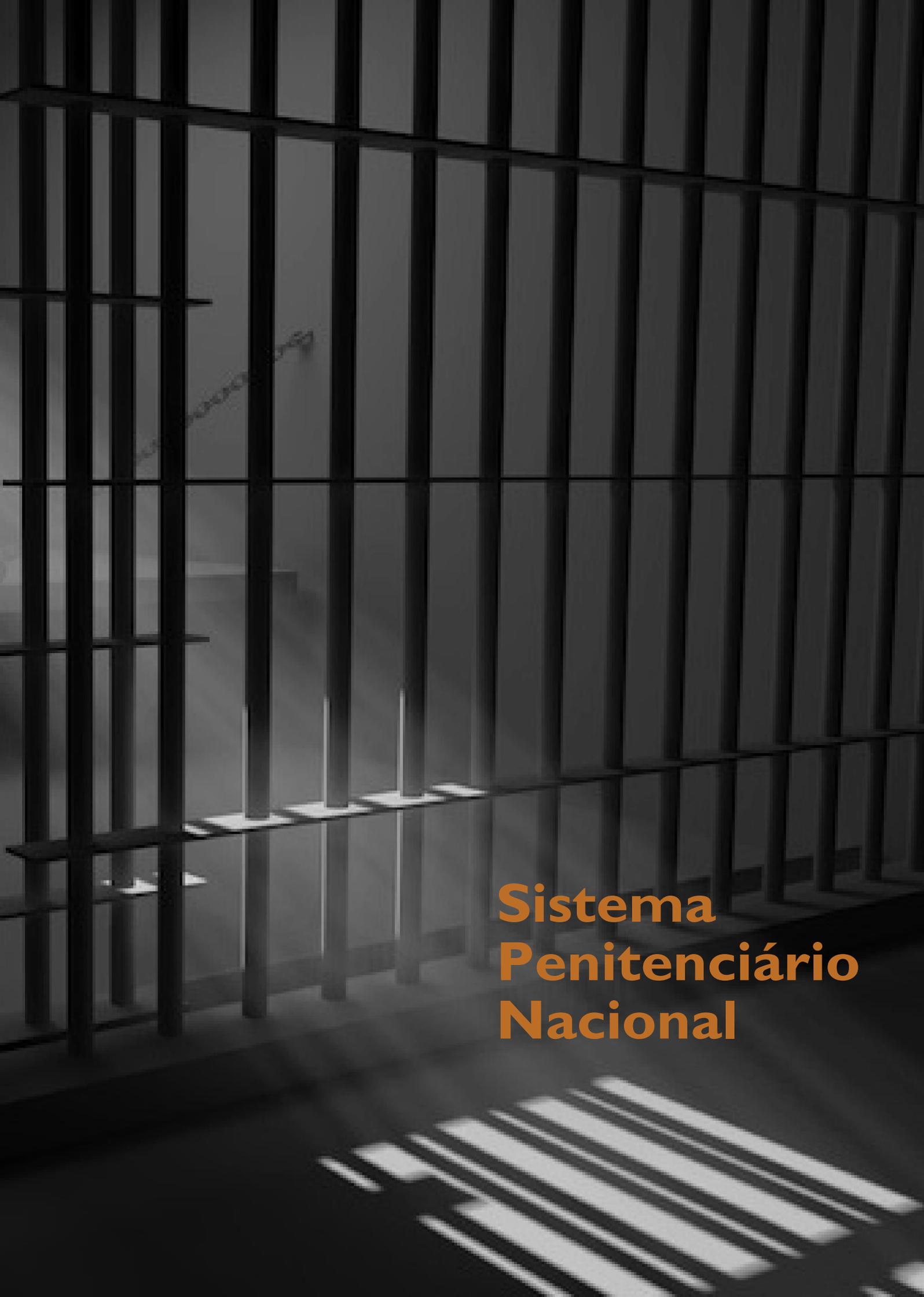
APRESENTAÇÃO	3
SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL	4
RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	9
UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL QUE BUSQUE UMA FORMAÇÃO HUMANA PARA O MUNDO DO TRABALHO	11
EXPERIÊNCIAS DE CAPACITAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NA REDE FEDERAL DE EPT	14
Projeto de certificação Profissional	15
Projeto Alvorada	16
DOCUMENTOS LEGAIS QUE ORIENTAM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	28
PROCEDIMENTOS IMPORTANTES PARA A IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PRODUTO EDUCACIONAL	34
REFERÊNCIAS	

# Apresentação

Este guia é resultado da pesquisa do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), e caracteriza-se como uma fonte de informação para unidades integrantes da Rede Federal de EPT que tenham interesse na implantação de projetos de capacitação profissional para egressos do sistema prisional brasileiro.

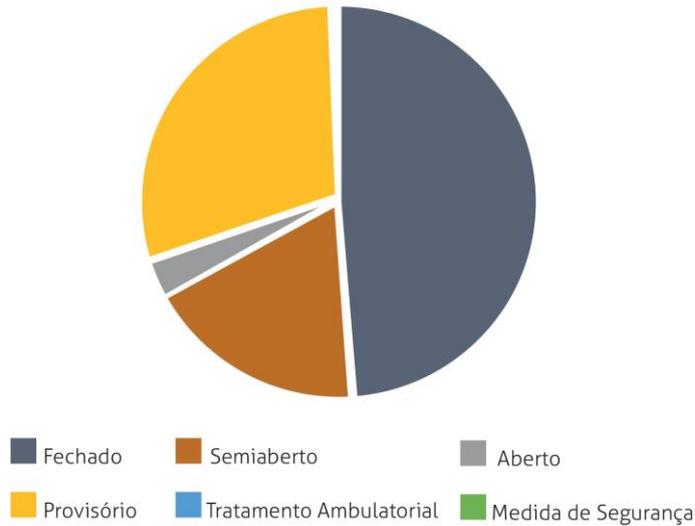
O material é destinado a todos os profissionais da educação que, de alguma forma, se interessam ou se envolvam no processo de elaboração e implantação de cursos de capacitação profissional com objetivos de inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Funcionando como um material de consulta, que além de sugerir dados, fontes, atores sociais a serem ouvidos e bases legais a serem consideradas, propõe a reflexão e a discussão acerca da proposta de educação profissional, que visa uma formação humana para o mundo do trabalho.

As orientações e sugestões aqui reunidas são fruto da pesquisa realizada junto a unidades da rede federal de EPT, que oportunizaram em épocas e locais distintos, cursos de capacitação profissional para egressos do sistema prisional. Espera-se que essas experiências possam colaborar para a implantação de cursos com orientação inclusiva, que possam favorecer, através da educação profissional, a ressocialização de pessoas egressas do sistema prisional, contribuindo para a redução da reincidência criminal e diminuição da violência.

A dark, monochromatic photograph of a prison cell. The image is dominated by vertical black bars that create a grid pattern. In the upper left, a chain is visible, attached to a wall. The floor is dark, and there are some light-colored rectangular objects, possibly benches or tables, in the lower part of the frame. The overall atmosphere is somber and institutional.

**Sistema  
Penitenciário  
Nacional**

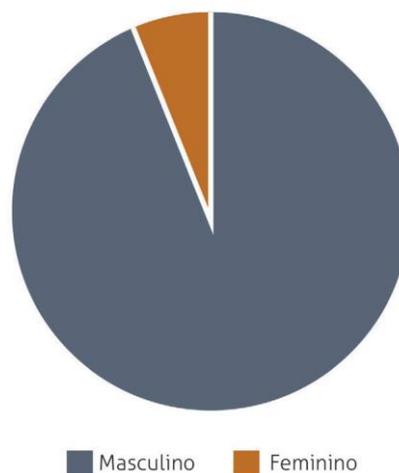
### População Prisional Brasileira Total 752.277



FONTE: INFOPEN, DEZEMBRO / 2019

Os dados colhidos no Infopen mostram que a quantidade de pessoas presas no Brasil até dezembro de 2019 era de 752.277, posicionando o país em terceiro lugar no ranking de população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e China, respectivamente com 2,1 milhões e 1,7 milhão de pessoas presas.

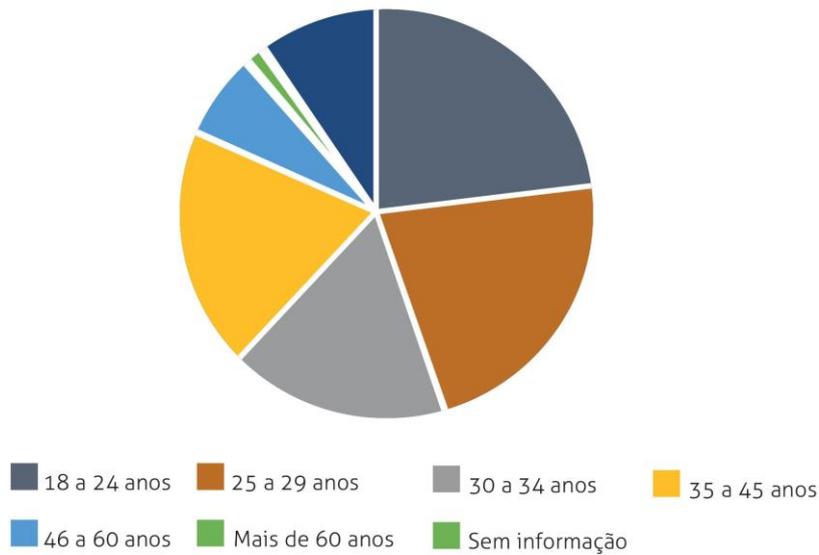
### População Prisional por Gênero



FONTE: INFOPEN, DEZEMBRO / 2019

Outro dado importante é que, em relação ao gênero, 95,06% das pessoas presas no Brasil são do sexo masculino e 4,94 % são pessoas do gênero feminino. Existem no sistema prisional brasileiro 3.061 pessoas do grupo LGBT. Isso significa que o sistema penitenciário brasileiro foi historicamente estruturado para recebimento do público masculino.

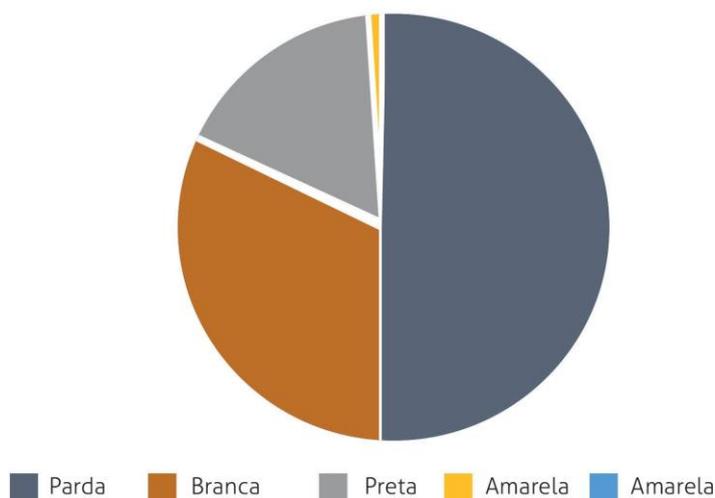
### População Prisional por Faixa Etária



FONTE: INFOPEN, DEZEMBRO / 2019

Em relação a faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil, é possível inferir que a maior parte é composta por jovens. Entre estes, 23,29% possuem entre 18 a 24 anos, seguido de 21,50% entre 25 a 29 anos e 17,32% entre 35 a 45 anos. Somados o total de presos até 29 anos de idade totalizam 44,79 % da população carcerária. Os jovens presos são em maioria oriundos das classes menos favorecidas, sem oportunidade de acesso à educação de qualidade e emprego, conforme informações contidas nos dados oficiais do governo e disponibilizadas nesta pesquisa.

### Cor/ Raça ou Etnia

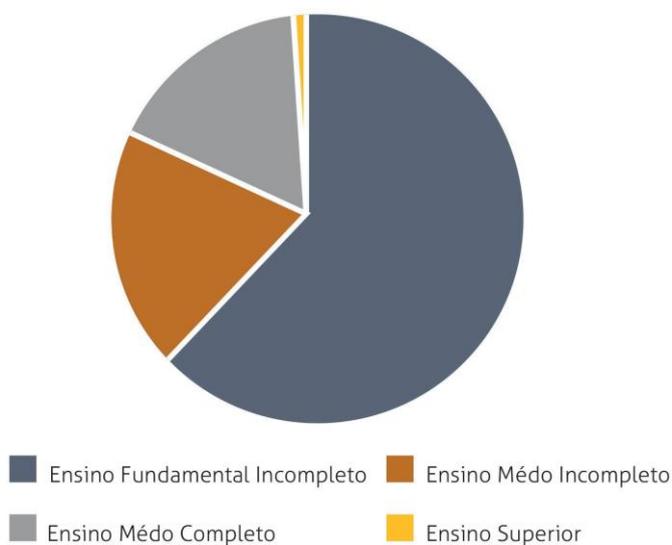


FONTE: INFOPEN, DEZEMBRO / 2019

Em relação aos dados sobre a cor ou etnia da população prisional brasileira, os dados do Infopen indicam que 49,88% das pessoas privadas de liberdade no Brasil são de cor/etnia parda, seguido de 32,39% da população carcerária de cor/etnia branca e

16,81% de cor/etnia preta, cor/etnia amarela 0,80% e cor/etnia indígena 0,21%. Pessoas presas de cor/etnia pretas e pardas totalizam 66,69% da população carcerária nacional. Quando observamos os dados da PNAD Contínua 2019, percebemos que há uma grande representação da população preta e parda no sistema prisional brasileiro.

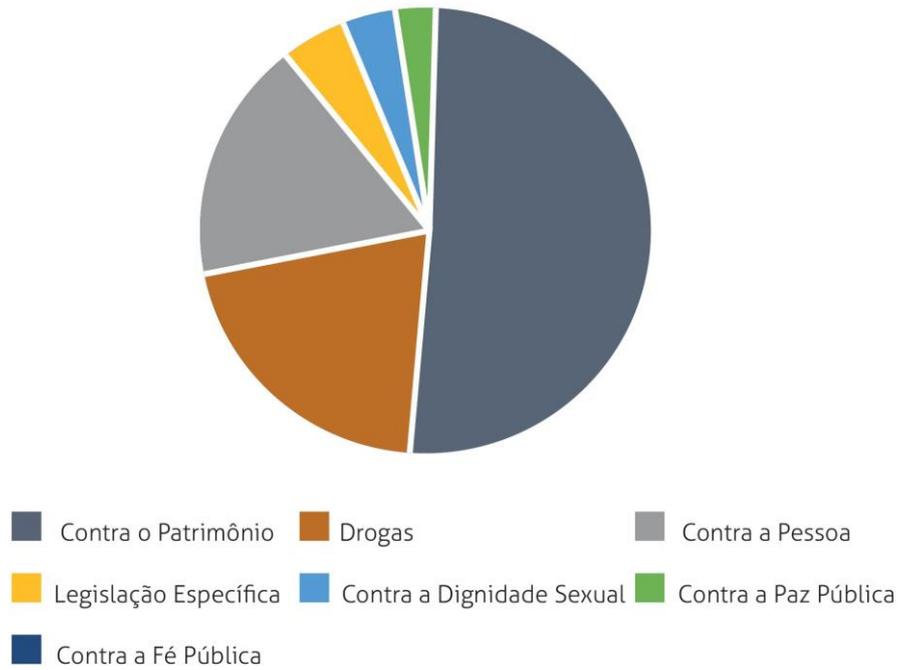
### População Prisional por Grau de Instrução



FONTE: INFOPEN, DEZEMBRO / 2019

No que concerne ao grau de escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil, é possível afirmar que a maior parte dos presos possui baixa escolaridade, o que pode ser um forte indicativo social para o alto índice de criminalidade no país. 51,3% possuem o Ensino Fundamental Incompleto, seguido de 14,9% com Ensino Médio Incompleto e 13,1% com Ensino Fundamental Completo. O percentual de presos que possuem Ensino Superior Completo é de apenas 0,5%.

## Quantidade de Incidências por Tipo Penal



FONTE: INFOPEN, DEZEMBRO / 2019

Estes dados são interessantes, pois nos trazem uma informação relevante em relação aos tipos penais que motivaram as prisões no nosso país. A partir dos dados expostos, percebemos que os crimes contra o patrimônio representam 51% das detenções no Brasil. Estamos inseridos em um sistema econômico capitalista, sistema no qual a propriedade privada é muito valorizada. Parte de nossa legislação penal existe para proteger o patrimônio dos indivíduos e quando a realidade social brasileira se mostra desigual, com um quantitativo grande da população sem acesso aos bens de consumo, e com o apelo constante ao consumismo nos meios de comunicação, fatalmente surge a ocorrência de crimes patrimoniais como furto e roubo, infelizmente, de forma bastante constante.

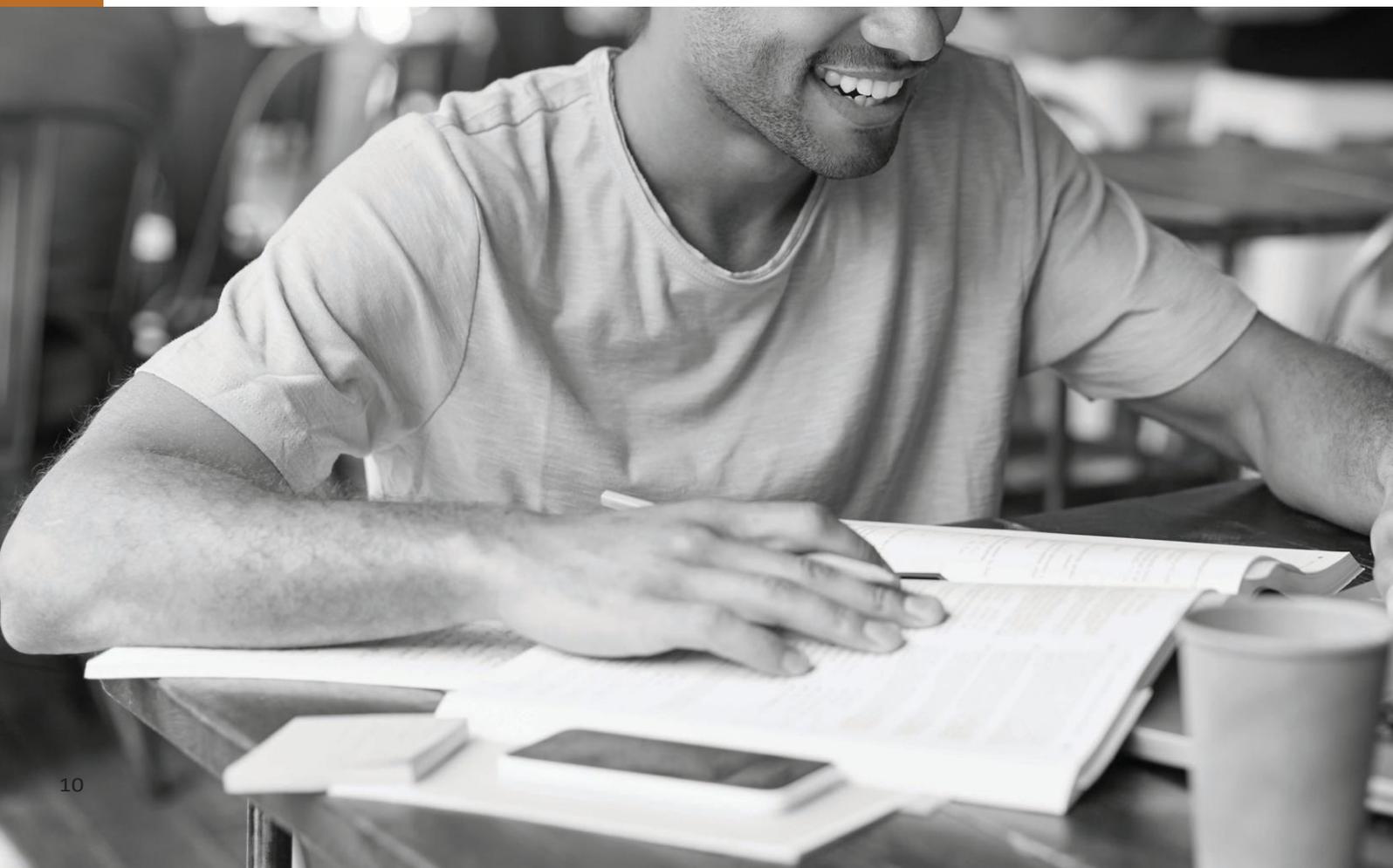
# **Ressocialização de egressos através da educação profissional**



O trabalho faz parte da natureza humana, é essencial para a sua sobrevivência. Para Frigotto (2009), os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência. E quando dizemos que o homem produz a sua própria existência, não queremos dizer que tal processo seja algo natural, uma habilidade que nasce com o ser humano, mas sim, algo que deve ser aprendido. A produção do homem é ao mesmo tempo a formação do homem, ou seja, o trabalho é um processo educativo.

O trabalho é algo extremamente importante na vida de cada ser humano, pois é através dele que o homem se humaniza, busca seu sustento e da sua família, movimenta a economia das cidades, sendo reconhecido muitas vezes pelo que produz, pela atividade ao qual se aperfeiçoa, até mesmo os sobrenomes familiares em sua maioria denotam a atividades laborais exercidas pelas pessoas. O trabalho aliado com a educação são os dois fatores que mais contribuem na evolução das sociedades e nas realizações pessoais dos indivíduos, pessoas abastadas gastam verdadeiras fortunas na educação de seus filhos para que cheguem à idade adulta e se tornem bons profissionais, dignos de exercer profissões com boas remunerações e de viver uma vida com dignidade e conforto.

Os projetos estudados na pesquisa tiveram o mérito de aliar educação e trabalho dois fatores que juntos são capazes de transformar a vida das pessoas e serão modelos neste guia para implementação de projetos semelhantes.



**Proposta de educação  
profissional:  
uma formação humana  
para o mundo do trabalho**



Considerando que as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional podem contribuir com a oferta de uma educação profissional de qualidade, gratuita e para todos, é que se apresenta neste estudo a defesa de uma proposta de educação que busque uma formação humana, como forma de construir uma sociedade mais justa.

A proposta de uma formação integral, que assume o trabalho como princípio educativo, com a oferta de cursos que atendam as demandas locais, está prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Técnica de Nível Médio (2012), documento que norteia a Educação Profissional no país.

Para além das bases legais, o termo formação humana numa perspectiva integrada, segundo Ciavatta (2005), sugere tornar inteiro o ser humano, dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar. Esta separação, segundo Moura (2007), também aconteceu na oferta educacional. No Brasil, a educação foi marcada historicamente pela dualidade, com a oferta de uma formação instrumental para os filhos da classe trabalhadora e uma formação acadêmica para os filhos da elite.

Para Ramos (2008), enfrentar tal dualidade e alcançar a proposta de uma educação para todos é necessária uma escola que não seja dual, mas unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento e uma educação politécnica, que possibilite o acesso à cultura, à ciência, ao trabalho, integrando-se a educação básica e profissional. Pacheco (2015) considera também a necessidade de uma escola ligada ao mundo do trabalho, numa perspectiva de promover justiça social.

De acordo com Moura (2008) a consolidação do modelo de sociedade que busca desenfreadamente o fortalecimento dos mercados sem levar em consideração as prioridades sociais, levam ao aumento das desigualdades. Para o autor existe outro tipo de sociedade que pode ser buscada, onde o ser humano é concebido de forma integral, um cidadão com autonomia e emancipação. Defendendo processos educativos que promovam transformações e melhorias coletivas para sociedade, desafiando cidadãos e profissionais da educação a construir um novo caminho

Neste mesmo sentido, Grabowski (2014) diz que educadores são desafiados a educar para o respeito, solidariedade e humanidade, e os trabalhadores a transformar o seu trabalho em caminho da sua emancipação, afirmando que todos são estimulados a transformar a sociedade para que trabalho e educação sejam possíveis.

Segundo Pacheco, Caldas e Sobrinho (2012) um dos grandes desafios da Educação Profissional e Tecnológica é que sua formação esteja além da subordinação dos anseios do mercado de trabalho e que contribua com o fortalecimento da cidadania, visando a formação para o mundo do trabalho.

Para Moura (2007), uma das formas de construir um sentido para o ensino médio é buscar sua integração com a educação profissional técnica de nível médio, sendo fundamental sua ampliação gradativa de forma gratuita, laica e com qualidade nos sistemas públicos de educação, ocorrendo de forma planejada.

É nesta perspectiva que se desenvolveu este guia orientador, para auxiliar no processo de escolha e indicação de um eixo e/ou curso técnico integrado, com o intuito de que a educação profissional de nosso país historicamente marcada pela dualidade possa ser superada, com a indicação de cursos em benefício da transformação social e que visem uma formação integral dos estudantes.

# Experiências de capacitação de egressos do Sistema Prisional na Rede Federal de EPT





ALUNOS EM AULA DE CAMPO NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO LUÍS (2007).  
FONTE: RELATÓRIO DO PROJETO SOCIAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL (2007).

## PROJETO CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O projeto Projeto Social de Certificação Profissional<sup>1</sup>, realizado no exercício de 2006 na Escola Agrotécnica Federal de São Luís (atualmente, Campus Maracanã), visava desenvolver a formação inicial e continuada de trabalhadores, regulamentada pelo Decreto nº. 5.154/2004. Através de metodologias adequadas de tempo e espaço, os alunos - egressos do sistema prisional que estavam em regime de prisão condicional, indulto e suspensão condicional da pena (Sursis) - tiveram acesso aos diversos setores educacionais da Instituição.

A gestão visava a inserção social destes egressos do sistema prisional. A Escola Agrotécnica Federal de São Luís-MA e a Vara de Execuções criminais firmaram uma parceria através do “Projeto Social de Certificação Profissional”, no qual foi oferecido o curso de educação profissional na modalidade de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, tendo em vista que o conhecimento desenvolve no ser humano uma visão social de construção da sua própria história, na luta por seus objetivos e melhoria da qua-

1. Todas as informações aqui descritas e analisadas foram colhidas através de entrevistas com gestores, professores e egressos, visitas *in loco* e/ou estão disponíveis no Relatório do Projeto Social de Certificação Profissional (2007).

lidade de vida de sua própria família. Um dos maiores desafios da sociedade moderna é assistir aos seres humanos que enfrentam os problemas advindos do encarceramento, quer durante o cumprimento da pena de prisão, quer após, quando devolvidos à liberdade.

A direção da escola na época, com uma visão humanista e buscando a inclusão social de um público tão marginalizado, possuía o pensamento de que de nada adiantaria todo o esforço para melhorar o sistema prisional brasileiro, se ao libertar o homem, a sociedade o rejeitasse, o estigmatizasse, o repugnasse e o forçasse a voltar à criminalidade por absoluta falta de opção. O trabalho é o apoio mais necessário e desejado, pois o egresso tem extrema dificuldade em colocar-se no mercado em virtude da estigmatização e preconceito social que o rejeitam, acarretando índices altos de reincidência criminal, aliado ao aumento de violência e crescimento do mundo do crime. Nesse contexto, a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz-MA se constituiu num importante campo de capacitação, uma vez que ofereceu a oportunidade aos egressos do sistema prisional adquirirem treinamento e aperfeiçoamento com certificação dos cursos oferecidos.

O objetivo geral da implantação do projeto foi proporcionar aos egressos do sistema prisional de São Luís condições que contribuíssem no processo de retorno destes ao convívio social e ao mercado de trabalho, diminuindo as motivações para reincidência. Em relação aos objetivos específicos a escola visava:

- Possibilitar aos egressos da Vara de Execuções Criminais qualificação profissional na área de agropecuária, ampliando suas possibilidades de atuação no campo profissional.

- Proporcionar aos liberados: um processo reflexivo sobre sua realidade, buscando seu desenvolvimento pessoal, fazendo-o perceber-se enquanto cidadão pertencente a uma sociedade e compreendendo seu valor, seus direitos e deveres.

- Contribuir para a diminuição da problemática do desemprego como importante fator de exclusão social.

- Promover a certificação profissional no esforço de reintegração produtiva e elevação de sua autoestima.

(RELATÓRIO DO PROJETO DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL, 2007)

Em relação a metodologia adotada, a escola visava a formação inicial e continuada do trabalhador, o projeto foi estruturado com os seguintes temas: Higiene e Segurança do Trabalho, Relações Humanas, Empreendedorismo, Ética, Conhecimentos básicos em Agricultura, Conhecimentos básicos em Zootecnia, Conhecimentos básicos em Indústrias Rurais e Gestão Agropecuária. A metodologia aplicada neste projeto passou por ações de: acompanhamento monitoramento, execução das atividades de capacitação e avaliação.

Os alunos foram distribuídos nas Unidades de Ensino e Produção (UEP's), de forma que cada um passasse um período compreendido de 60 dias necessários e suficientes para o devido aprendizado. Esse procedimento se deu até que todos passaram por todas as Unidades de Ensino e Produção (UEP's). Todas as atividades foram realizadas em dias úteis no período de 7:30 às 11:30h e 13:30 às 17:30h horário normal de aulas dos demais alunos.

Em relação à análise da proposta de convênio, a direção da Escola Agrotécnica nos informou que, ao ser procurada pela Vara de Execuções Criminais de São Luís (VEC), no segundo semestre de 2005, prontamente iniciou o processo de análise da proposta de convênio entre as duas instituições com o objetivo de desenvolver um projeto que pudesse atender pessoas que se encontravam na condição de cumprimento de pena, uma vez que muitos deles estavam há até sete anos fora da prisão e ainda continuavam sem perspectiva de ingressar no mundo do trabalho. O convênio (Nº 001/2005) de cooperação técnica entre a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz-MA e a Vara de Execuções Criminais do Tribunal de Justiça do Maranhão foi assinado no dia 09 de outubro de 2005, pelo Diretor Geral da EAFSL-MA, pelo Juiz de Direito titular da VEC e pelo Presidente do Conselho da Comunidade.

Para a elaboração do Projeto Social de Certificação Profissional (PSCP), foi constituída uma equipe de servidores da EAFSL-MA composta por três professores e um técnico em Agropecuária. Participaram também da elaboração do projeto os membros do corpo técnico da VEC composto por Psicólogos e Assistentes Sociais. Após a elaboração e aprovação do projeto foram iniciadas as fases de pré-seleção e seleção dos candidatos. Esta fase foi realizada pela equipe técnica (Psicólogos e Assistentes Sociais) da VEC, que analisaram as fichas de todas as pessoas assistidas pela instituição e que estavam cumprindo prisão condicional, suspensão condicional da pena (sursis), indulto e prisão domiciliar e não tinham histórico de reincidência. Estes foram convidados para se apresentarem na VEC, a fim de serem informados sobre o projeto, ao mesmo tempo em que tiveram sua condição psicossocial reavaliada. Após serem informados do projeto, 30 pessoas das que haviam sido convidadas, manifestaram voluntariamente o desejo de participar.

Através da utilização de critérios técnicos e científicos, a VEC considerou que todos os egressos que manifestaram interesse em participar do

projeto estavam aptos. Em seguida, informou a EAFSL-MA, a relação contendo o nome dos selecionados para que fossem procedidas as demais etapas do projeto. Antes de ser realizada a etapa da seleção propriamente dita, a Direção da Escola achou conveniente que todos os pré-selecionados visitassem as instalações da EAFSL-MA, a fim de conhecer melhor o seu funcionamento. A visita foi realizada em duas etapas, ou seja, dois grupos de 15 pessoas, sendo um grupo em cada dia. Para a seleção final, a direção da Escola Agrotécnica Federal de São Luís nomeou uma comissão de servidores composta por duas professoras, um técnico em Agropecuária e uma Psicóloga, para que, juntamente com a equipe técnica da VEC, fizessem as entrevistas com os candidatos pré-selecionados. Na entrevista, as principais perguntas versaram sobre questões como: experiências de trabalhos anteriores; grau de escolaridade; expectativa em relação ao projeto; relações familiares e sociais; tempo que estava cumprindo a pena fora da prisão; tipo de pena; tipo de crime cometido, dentre outras.

Foram selecionados 10 candidatos. Para tanto, foram considerados critérios como: está há mais tempo fora da prisão; ter demonstrado interesse e aptidão para trabalhar em atividades agropecuárias; ter demonstrado boas relações familiares e não ter se envolvido com tráfico de entorpecentes e estupro. Vale ressaltar que nessa primeira experiência do projeto, a opção por não selecionar pessoas envolvidas com tráfico de entorpecentes e estupro se deu pelo fato de a escola ter um grande contingente de alunos e alunas adolescentes e de possuir uma área muito grande (217 ha), além de estar localizada em uma área cercada por bairros residenciais com altos índices de violência. Um outro fator que contou muito para que fosse tomada esta decisão foi por ser uma experiência pioneira, existindo uma grande expectativa de que o projeto obtivesse êxito para que pudessem dar continuidade e, assim, ampliar o processo de inclusão, inclusive contemplando a questão de gênero, ou seja, oportunizando homens e mulheres que se encontram nas mesmas condições de participar de um projeto dessa natureza.

Após a organização do processo de matrícula dos selecionados como alunos da escola na modalidade de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores foi providenciada a aquisição do uniforme específico do projeto (calça, camiseta e botas de borracha). As aulas foram iniciadas no dia 18 de abril de 2006, sendo que a primeira semana foi de adaptação, na qual foram trabalhados temas como relações interpessoais, segurança do trabalho, organização e funcionamento da EAFSL-MA. Foi também um mo-

mento em que eles foram mais bem informados sobre a rotina de cada setor.

Um fato importante desse primeiro momento foi que os demais alunos da escola agiram com muita naturalidade e, por iniciativa própria começaram a se aproximar dos alunos do projeto. Por outro lado, inicialmente, houve muita desconfiança – em alguns casos até pavor – dos servidores, especialmente, os de idade mais avançada e com maior tempo de trabalho na escola. Estes, via de regra, se referiam aos integrantes do projeto através de termos pejorativos como: *marginais, assassinos, maus elementos, etc.*

As realizações das atividades pedagógicas aconteceram de acordo com o cronograma de execução do projeto e do planejamento realizado pela coordenação do projeto e pela Coordenação Geral de Ensino (CGE) da EAFSL-MA. Foram realizadas as seguintes aulas: Relações Humanas, Segurança do Trabalho, Relações Humanas, Noções de Higiene e Saúde, Avicultura, Suinocultura, Olericultura e Mecanização Agrícola. Em cada aula é feita a avaliação do aluno, que juntamente com o diário é encaminhado para a CGE, a fim de formalização das notas para que haja a certificação profissional.

Ao final do curso, dos dez egressos do sistema prisional que participaram do Projeto de Certificação Profissional, oito concluíram e cinco deles foram contratados por empresas que prestavam serviços para a Instituição, sendo que um deles ainda trabalha na Instituição. Isso demonstra que se for dada uma chance para estas pessoas, elas terão oportunidade de começar uma vida nova.



FONTE: [HTTPS://PORTAL.CMP.IFSP.EDU.BR/INDEX.PHP/COMPONENT/CONTENT/ARTICLE/65-EXTENSAO/145-PROJETO-ALVORADA](https://portal.cmp.ifsp.edu.br/index.php/component/content/article/65-extensao/145-projeto-alvorada)>  
ACESSO EM 08/10/2020

## PROJETO ALVORADA

O Projeto Alvorada, foi pensado e executado no espaço de educação profissional do IFSP/Câmpus Campinas, sediado nas dependências do Centro de pesquisa Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Havia um grupo de estudos chamado Grupo de Inovação e Apoio para o Sistema Prisional (GIA) que discutia assuntos relacionados ao ambiente prisional e egressos e, à convite do diretor do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, os professores do câmpus começaram a participar do grupo de estudos. O grupo era mediado por um Procurador Federal e contava com advogados, procuradores, professores, pesquisadores, dentre outros. As participações em reuniões mensais possibilitaram que os professores do IFSP/ Câmpus Campinas conhecessem a realidade prisional e seu entorno, o que fez surgir a ideia de elaborar um programa que auxiliasse os egressos na inclusão social.

Sendo assim, o projeto surgiu a partir de uma ação conjunta entre o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Câmpus Campinas, Centro de Tecnologia da Informação (CTI) Renato Archer, Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo – SAP (Convênio SAP – IF/SP 746/2015) e o Departamento Penitenciário Nacional – Depen/MJC.

Segundo informação dos responsáveis, as ações foram realizadas através da articulação dessa rede de instituições com trajetórias nas áreas da educação, trabalho e políticas penais. Essas instituições integraram esforços conjuntos para promover oportunidades reais de inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, via acesso a itinerários formativos e inserção profissional. Os idealizadores do projeto acreditavam/ acreditam que o ensino e o trabalho sejam fatores que resultam na redução de vulnerabilidades sociais, proporcionando às pessoas egressas do sistema prisional novas possibilidades de reconhecimento, socialização e autoconstrução, na medida em que viabiliza condições para que os sujeitos sejam inseridos na estrutura produtiva.

Ao perguntarmos sobre quais os critérios utilizados pelo IFSP/Campus Campinas para a escolha do curso de capacitação profissional oferecido pelo projeto Alvorada, o responsável pelo projeto informou que a escolha foi definida com base nos cursos que já eram ministrados pelos profissionais da instituição, considerando também existência de laboratórios para a ministração de aulas práticas.

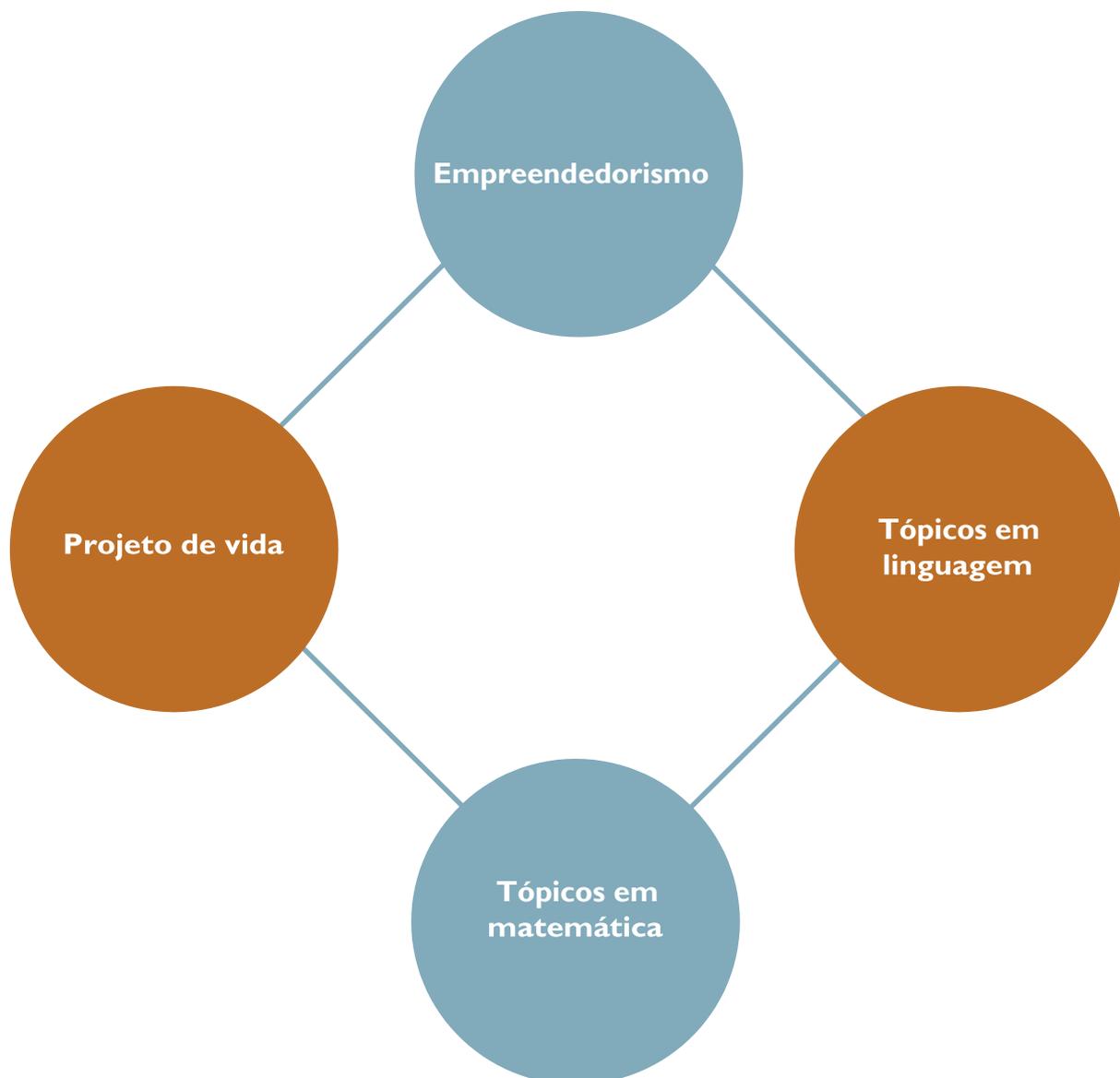
A capacitação dos alunos foi realizada nas dependências do IFSP - Campus Campinas e CTI Renato Archer e teve duração de cinco meses, com carga horária relativa aos conteúdos de 633 horas distribuídas em 20 semanas de atividades. O projeto contou também com tutores que tiveram reuniões semanais com seus alunos.

Perguntamos também sobre quais os critérios utilizados pelo IFSP/Campus Campinas para a escolha do currículo pedagógico implantado no curso oferecido no Projeto Alvorada, os responsáveis nos informaram que a estrutura do Projeto Alvorada foi construída baseada em conhecimentos e experiências adquiridas pela equipe e em estudos de programas internacionais. Informaram que não utilizaram nenhum modelo conhecido nem divulgado na literatura nacional e internacional. O Currículo foi baseado na estrutura do projeto que foi construída com cuidados metodológicos de modo a ser escalável para diversas áreas de conhecimento técnico.

A intenção da instituição, ao criar Projeto Alvorada, era formar profissionais qualificados para executar e manter projetos de redes elétricas prediais de baixa tensão. O instalador eletricista estaria apto para atuar nos segmentos de construção civil, instalações provisórias em canteiros de obras, palcos de shows e execução de novas instalações elétricas atendendo as normas vigentes de qualidade e segurança. Além

disso, fez parte da capacitação a ação empreendedora e psicossocial que se deu concomitante ao desenvolvimento do conteúdo técnico.

Na capacitação empreendedora e psicossocial foram abordados os seguintes grandes temas:



Durante a execução do curso de capacitação profissional Projeto Alvorada existia a previsão de estágio ou encaminhamento profissional para os alunos participantes do curso, os responsáveis informaram que após a capacitação, os alunos foram acompanhados em sua inserção no mundo do trabalho, de acordo com suas características, desejos e oportunidades. Cada participante teve um tutor que auxiliou nas suas demandas relativas às questões técnicas, operacionais e psicossociais. Ao participarem dos programas de estágio nas empresas, os alunos foram acompanhados pelo seu tutor que, neste caso, foi supervisor de estágio. Havia apoio do Ministério Público do Trabalho para facilitar o acesso dos alunos a programas de cotas, quando possível, e articulações com empresas, de modo a ampliar a oportunidade de estágios e, posteriormente, as chances de contratação dos alunos.

A tutoria foi realizada por um participante do projeto, que acompanhou e viabilizou o sucesso do aluno nessa etapa, durante sete meses. O tutor também acompanhava a autogestão do aluno, como ele organizava seus horários, sua vida de estudante e o estimulava a encontrar os melhores caminhos. Dependendo da vocação, o aluno acompanhado poderia optar por se tornar um prestador de serviços autônomos. Neste caso, o seu tutor iria acompanhá-lo nas etapas de entrada no mundo do trabalho. Promovendo auxílio nas suas dificuldades técnicas e operacionais.

Além da capacitação técnica e profissional, o projeto desenvolveu conjuntamente estudos de caráter qualitativo e/ou quantitativo que possibilitaram um aprofundamento sobre os temas e possíveis impactos oriundos das atividades desenvolvidas. Por meio da realização desses estudos, os alunos tornaram público os trabalhos realizados. Essa estratégia foi também uma forma de fomentar a valorização dos alunos, na medida em eles pudessem apresentar ao público suas novas habilidades e identidades alcançadas. A prioridade era a publicação dos resultados alcançados pelos alunos e ações realizadas pelos integrantes do projeto, de forma conjunta.

O Projeto Alvorada objetivou promover o crescimento humano dos alunos para que estes tivessem possibilidades tangíveis de reinserção social, na medida em que fossem implementadas intervenções voltadas ao empoderamento e instrumentalização para o exercício da cidadania, acesso à direitos, capacitação e emancipação para o mundo do trabalho. Devido às características multidisciplinares do

projeto, os integrantes da equipe deveriam possuir diferentes perfis com postura solidária e colaborativa, com determinação e comprometimento em construir uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária, sendo este o foco para a implantação do projeto. A mobilização interna foi um elemento facilitador e propulsor do sucesso da implantação do Projeto, uma vez que sua implementação demandava o envolvimento de diversos setores.

Outro fato importante e louvável que observamos durante a pesquisa, foi a iniciativa do IFSP/Campus Campinas de buscar a sensibilização das empresas para a importância de seu papel social em oferecer oportunidades aos alunos do programa, publicação de resultados e investigação participativa e empreender esforços para estimular o diálogo local entre atores do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Executivo, Instituições de Ensino, Sociedade Civil Organizada e demais atores envolvidos com o desenvolvimento de projetos voltados para a inclusão social de pessoas egressas do Sistema Prisional.

Por isso, o Projeto Alvorada obteve êxito na sua execução, o que permitiu ao Ministério da Justiça decidir ampliá-lo e executá-lo em outros estados da federação, como por exemplo IFRS e IFG, com o objetivo louvável de oferecer capacitação profissional através da educação aos egressos do sistema prisional, haja vista que se encontram em situação de vulnerabilidade social e carentes de oportunidades. Os principais resultados do Projeto Alvorada foram:

Quantidade de pessoas participantes do projeto aprovadas na etapa de capacitação com frequência mínima necessária para as atividades ofertadas. Índice de cumprimento: 90%;

Quantidade de pessoas que participaram da etapa de incubação e concretizaram seja por meio de estágio ou autogestão. Índice de cumprimento: 80%;

Quantidade de pessoas que evadiram do projeto, ou seja, após matrícula, por razões diversas, não deram sequência às atividades. Índice de cumprimento: Uma pessoa evadida – 95% de cumprimento;

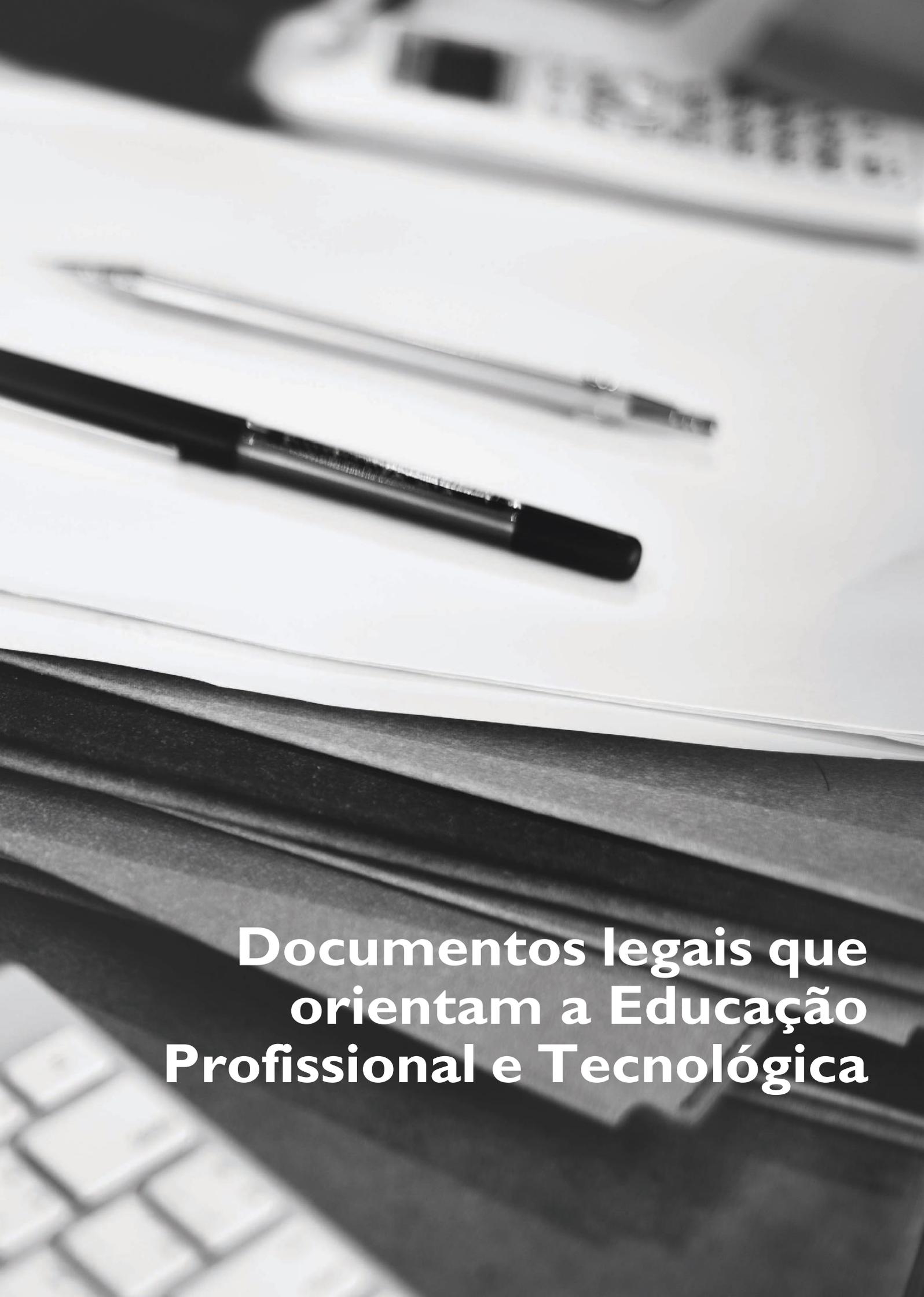
Quantidade de oportunidades para inserção no mundo do trabalho disponibilizadas para os participantes. Índice de cumprimento: 60%;

Número de participantes que reentraram no Sistema prisional até o final do projeto. Nenhum - Índice de cumprimento: 100%. Não houve registros de reincidência criminal.

Outro dado interessante a ser mencionado é o fato de que o Projeto Alvorada em uma iniciativa responsável e de preocupação com os egressos, mesmo após o término do curso, continuou acompanhando esses alunos por mais seis meses, oferecendo suporte necessário para evitar o retorno ao sistema prisional.



FORMATURA DOS ALUNOS DO PROJETO ALVORADA. FONTE: [HTTPS://PORTAL.CMP.IFSP.EDU.BR/](https://portal.cmp.ifsp.edu.br/)(2018)

A black and white photograph of a desk. In the foreground, a laptop keyboard is visible. A dark-colored pen lies horizontally across a stack of papers. The papers are slightly out of focus, but some text is visible on the top sheet. The background is dark and blurry.

**Documentos legais que  
orientam a Educação  
Profissional e Tecnológica**

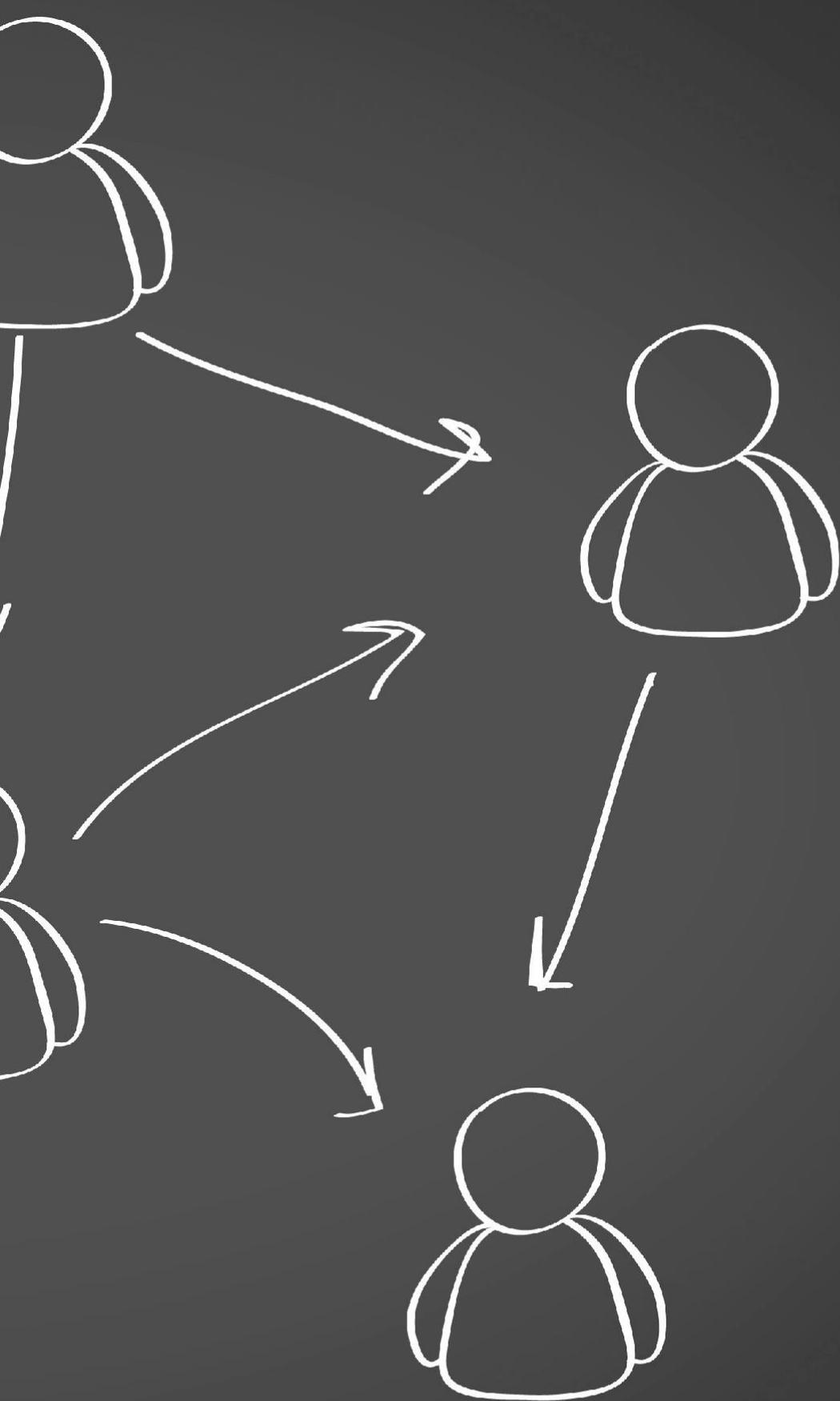
Para a implantação dos projetos de capacitação de egressos do sistema prisional é importante o conhecimento da legislação que trata da educação profissional e tecnológica como por exemplo as citadas abaixo:

**LEI Nº 9.394, DE 1996, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

**LEI Nº 11.892, DE 2008, QUE TRATA DA CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS**

**CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS**

**LEI Nº 13.005, DE 2014 QUE APROVOU O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO**



**Procedimentos importantes  
para a implantação dos cursos de  
Capacitação Profissional para  
Egressos do Sistema Prisional**

A partir da análise das experiências desenvolvidas dentro da rede federal de EPT, ressaltamos alguns aspectos importantes para o sucesso do projeto:



A Experiência da Unidade de Educação Federal de EPT deve ser considerada. Por exemplo o IFMA/Campus Maracanã tinha experiência em educação agropecuária e o curso ofertado foi nessa área, assim como o IFSP/Campus Campinas tinha experiência em ensino tecnológico e o curso ofertado foi na área tecnológica;

Recursos Financeiros devem ser garantidos para a implantação dos projetos. O IFMA/Campus Maracanã utilizou recursos próprios, recursos estes que eram decorrentes de vendas de sua cooperativa;

É necessário que haja parceria com outras instituições, principalmente aquelas que trabalham com pessoas egressas do sistema prisional, por exemplo, Secretaria de Segurança Pública Estadual e Departamento Penitenciário Nacional Depen;

Antes da implantação dos projetos deve haver reunião com os pais de alunos e servidores explicando o objetivo do curso e informando sobre as medidas de segurança que serão tomadas para que diminua a resistência por parte da comunidade escolar sobre a execução do projeto.

Outros aspectos importantes são os citados abaixo:

#### **ESCOLHA DE CURSOS QUE PERMITAM A INSERÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO**

A unidades estudadas implantaram cursos que permitiram a inserção dos egressos ao mundo do trabalho, a partir da formação em áreas que tinham demanda regionais por profissionais com o conhecimento adquirido.

#### **ENCAMINHAMENTO AO MUNDO DO TRABALHO**

Ambas as experiências estudadas na pesquisa tinham projeto de encaminhamento ao mundo do trabalho dos alunos através de programas de estágio e parcerias com empresas.



**OFERTA DE BOLSA OU ALGUM TIPO DE REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA**

O IFMA/Campus Maracanã ofertava aos egressos do sistema prisional 2/3 do salário mínimo, fardamento e alimentação, o que era importante no sentido de ajudá-los a pagarem suas despesas até o término do curso e o IFSP/Campus Campinas concedia bolsa auxílio.

**AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS**

O IFMA/Campus Maracanã alternava aulas teóricas e práticas nos diversos setores da escola e o IFSP/Campus Campinas alternava aulas teóricas com aulas no laboratório permitindo um aprendizado completo e efetivo.

## Considerações finais do Produto Educacional

Com o desenvolvimento deste guia, pretendemos colaborar no processo de implantação de novos cursos de capacitação profissional para egressos do sistema prisional dentro da rede federal de EPT. Aqui foram traçadas linhas norteadoras para contribuir na oferta de uma educação profissional inclusiva e com formação humana integral que auxilie no combate à reincidência criminal e na diminuição da violência na sociedade.

Neste produto educacional, mostramos o levantamento de dados e informações sobre as experiências na rede federal de EPT com a educação para egressos do sistema prisional. Essas experiências nortearam a elaboração desse elaboramos um guia para implantação de cursos com esta temática. Elencamos alguns procedimentos básicos que serão necessários para o êxito de cursos futuramente implementados que atendam essa demanda específica, tais como: conhecimento da legislação que trata da implementação de cursos profissionalizantes, parcerias que devem ser firmadas para que haja contrapartidas (órgãos públicos ou empresas privadas), cuidados com a formação dos docentes que ministraram as aulas que deverão ter conhecimento de EJA (Educação de Jovens e Adultos). Elencamos também a necessidade de se garantir recursos financeiros para custear as despesas da execução do curso; e outras atitudes como conversar com a comunidade escolar sobre os objetivos do curso, evitando assim o medo e preconceito, entre outras medidas citada neste produto educacional.

A construção deste produto educacional não teve como intuito criar uma fórmula pronta e definitiva que apontasse a forma de se implementar cursos para egressos do sistema prisional. Objetivou apresentar linhas norteadoras para se chegar a possibilidade de oferta destes cursos de forma que atendam a necessidade de capacitação deste público tão marginalizado e inserido em processo de vulnerabilidade social patente.

Finalizamos este estudo instigando a se pensar na implementação destes projetos inclusivos, de forma a se otimizar os recursos financeiros, espaço físico, a estrutura e o corpo docente. A rede federal de EPT, aderindo a esse movimento de educação inclusiva, contribuirá com a sociedade, no sentido de ressocialização social, combate à reincidência criminal local, diminuição da violência na região em que é implementado o projeto e oportunizando oportunidades para pessoas necessitadas de educação e capacitação profissional.

## Referências

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *Trabalho Necessário*, v.3, n.3, 2005. Disponível em: [http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN\\_03/TN3\\_CIA-VATT A.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIA-VATT A.pdf)> Acesso em: 20 de jul. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2009, vol.14, n.40, pp.168- 194.

GRABOWSKI, G. Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 6). Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Gestao-eplanejamento-da-educacao-profissional-e-tecnologica.pdf>> Acesso em: 26 de jul. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Projeto Social de Certificação Profissional**. 2007. Disponível em <https://maracana.ifma.edu.br/> Acesso em 20 out. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Projeto Alvorada**. 2017. Disponível em <https://portal.cmp.ifsp.edu.br/index.php/component/content/article/65extensao/145-proje-to-alvorada>. Acesso em 20 out.2020

MOURA, D.H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. *Holos*, Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>> Acesso em: 18 de set.2020

PACHECO, E. FUNDAMENTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS: Diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. IFRN, Natal, p.1-70, 2015. Disponível em: Acesso em: 20 jul. 2020.

PACHECO, E. M; MORIGI, V. (orgs). Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil. Porto Alegre: Tekme, 2012. 120 p <sup>1</sup>

RAMOS, M. N. Concepção do Ensino médio integrado. Disponível em:  
Acesso em: 13 de ago.2020.